



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES ÀS 09h DO DIA 02 DE ABRIL DE 2024, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação:

- a) Ata da 6ª Reunião Ordinária da CCJ.

II. Ordem do dia:

- a) Discussão e votação das matérias:

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

[PL./0531/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Institui a Política Intersetorial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO TIAGO ZILLI

[PL./0070/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera os arts. 2º e 4º da Lei nº 16.861, de 2015, que ‘Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República’, com a finalidade de estabelecer a obrigatoriedade de oferta de segundo professor em sala de aula, para atender os estudantes com deficiência”.

[PL./0066/2024](#), de autoria do **Deputado Mauro De Nadal**, que “Dispõe sobre a estadualização de trecho da Rodovia que liga os municípios de Abdon Batista à Campos Novos”.

DEPUTADO VOLNEI WEBER

[PL./0488/2023](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Altera a Lei nº 12.383, de 16 de agosto de 2002, que ‘Dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família’”.



[PLC./0039/2023](#), de autoria do **Deputado Delegado Egidio**, que “Altera a Lei Complementar n. 495, de 26 de janeiro de 2010 que ‘Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado’ para que a Região Metropolitana Vale do Itajaí seja denominada Região Metropolitana do Vale Europeu”.

DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO

[PL./0055/2021](#), de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Dispõe sobre a instalação de recifes artificiais na costa litorânea catarinense”.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

[PL./0349/2023](#), de autoria do **Deputado Maurício Peixer**, que “Revoga o inciso XI do art. 3º da Lei nº 16.583, de 2015, que ‘Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina’, para extinguir a obrigatoriedade de apresentação de Certidão de Regularidade Técnica para o licenciamento de estabelecimentos que especifica”.

[PL./0530/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 18.634, de 2023, que ‘Institui a Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e Meliponicultura (POLIMEL) e o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (PROMEL) no Estado de Santa Catarina e adota outras providências’, para incluir apoio financeiro aos produtores que desenvolvem atividades, de interesse social, prejudicadas por problemas relacionados a mudanças e desastres climáticos”.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

[PL./0064/2024](#), de autoria do **Deputado Sérgio Motta**, que “Declara de utilidade pública Casa do Idoso Benta da Silva Palumbo ‘Grupo Conviver’, do município de Navegantes e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade



[PL./0061/2024](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Declara de Utilidade Pública estadual o Instituto CoCriaris - ICCS, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0060/2024](#), de autoria do **Deputado José Milton Scheffer**, que “Declara de utilidade pública o Instituto Cidades Invisíveis, de Florianópolis e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

DEPUTADO CAMILO MARTINS

[MPV./0260/2023](#), de autoria do **Governador do Estado**, que “Institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências”.

[MPV./0262/2024](#), de autoria do **Governador do Estado**, que “Altera o art. 7º da Lei nº 17.762, de 2019, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas hipóteses que especifica e estabelece outras providências”.

[PLC./0040/2023](#), de autoria do **Governador do Estado**, que “Institui a Microrregião de Águas e Esgoto de Santa Catarina (MIRAE-SC) e sua estrutura de governança e estabelece outras providências”.